

ECONOMIA E INTERDISCIPLINARIDADE: UMA REVISÃO DOS CONCEITOS BÁSICOS E APLICAÇÕES**ECONOMY AND INTERDISCIPLINARITY: A REVIEW OF BASIC CONCEPTS AND APPLICATIONS****ECONOMÍA E INTERDISCIPLINARIEDAD: UNA REVISIÓN DE LOS CONCEPTOS BÁSICOS Y APLICACIONES**

10.56238/revgeov16n5-123

Jairon Suel de Moura Sá

Mestre em Economia Rural

Instituição: Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Faculdade Uninta Tianguá, Faculdade Ieducare (FIED)

E-mail: jairon_suel@uvanet.br

Anderson Terceiro de Albuquerque

Mestre em Administração

Instituição: Faculdade Uninta Tianguá, Faculdade Ieducare (FIED)

E-mail: profandersonterceiro@gmail.com

Francisco Geilson Vasconcelos Marques

Especialista em Gerenciamento de Processos de Negócio (BPM)

Instituição: Faculdade Uninta Tianguá, Faculdade Ieducare (FIED)

E-mail: geilsonmarques01@gmail.com

Antonio Alexandre da Silva Gomes

Especialista em Planejamento Estratégico e Organizacional

Instituição: Faculdade Uninta Tianguá, Faculdade Ieducare (FIED)

E-mail: prof.alexandrogomes@gmail.com

Francisco das Chagas Oliveira dos Santos

Mestre em Educação

Instituição: Faculdade Uninta Tianguá, Faculdade Ieducare (FIED)

E-mail: mschaguinha@gmail.com

Taísa Maria Gomes de Lima

Especialista em Gestão de Pessoas

Instituição: Faculdade 05 de Julho

E-mail: taisamg.lima@gmail.com



Pedro Citó de Souza

Especialista em Direito Público

Instituição: Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

E-mail: citopedro@hotmail.com

Meirilane do Nascimento

Especialista em Gestão Financeira e Controladoria

Instituição: Faculdade Uninta Tianguá, Faculdade Ieducare (FIED)

Email: meirilane@fied.edu.br

RESUMO

Considerando a complexidade das relações sociais e a crescente necessidade de abordagens interdisciplinares para compreender fenômenos econômicos, este estudo justifica-se pela importância de explorar os conceitos fundamentais da Ciência Econômica e suas interações com outras áreas do saber. Objetiva-se, assim, apresentar os princípios básicos da Economia, distinguir os diferentes sistemas econômicos, analisar os elementos que regem uma economia de mercado e refletir sobre a articulação entre Economia, Administração e Direito. Para tanto, procede-se à realização de uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, baseada em obras clássicas e contemporâneas das Ciências Sociais Aplicadas. Desse modo, observa-se que a Economia, ao tratar da escassez e das decisões racionais, amplia sua relevância ao interagir com disciplinas que compartilham do mesmo campo social, possibilitando uma compreensão mais abrangente da realidade. O que permite concluir que o conhecimento econômico, aliado à interdisciplinaridade, contribui para a formação de cidadãos mais críticos e conscientes, além de fortalecer o papel da Economia como instrumento de análise e intervenção social.

Palavras-chave: Economia. Interdisciplinaridade. Escassez. Ciências Sociais Aplicadas. Cidadania.**ABSTRACT**

Considering the complexity of social relations and the growing need for interdisciplinary approaches to understand economic phenomena, this study is justified by the importance of exploring the fundamental concepts of Economic Science and its interactions with other fields of knowledge. The objective is to present the basic principles of Economics, distinguish between different economic systems, analyze the elements that govern a market economy, and reflect on the relationship between Economics, Administration, and Law. To this end, a qualitative bibliographic research was conducted, based on classical and contemporary works from the Applied Social Sciences. In this context, it is observed that Economics, by addressing scarcity and rational decision-making, increases its relevance when interacting with disciplines that share the same social field, enabling a broader understanding of reality. This allows us to conclude that economic knowledge, combined with interdisciplinarity, contributes to the formation of more critical and conscious citizens and strengthens the role of Economics as a tool for social analysis and intervention.

Keywords: Economics. Interdisciplinarity. Scarcity. Applied Social Sciences. Citizenship.**RESUMEN**

Considerando la complejidad de las relaciones sociales y la creciente necesidad de enfoques interdisciplinarios para comprender los fenómenos económicos, este estudio se justifica por la



importancia de explorar los conceptos fundamentales de la Ciencia Económica y sus interacciones con otras áreas del saber. El objetivo es presentar los principios básicos de la Economía, distinguir los diferentes sistemas económicos, analizar los elementos que rigen una economía de mercado y reflexionar sobre la articulación entre Economía, Administración y Derecho. Para ello, se realizó una investigación bibliográfica de naturaleza cualitativa, basada en obras clásicas y contemporáneas de las Ciencias Sociales Aplicadas. De este modo, se observa que la Economía, al tratar la escasez y las decisiones racionales, amplía su relevancia al interactuar con disciplinas que comparten el mismo campo social, lo que permite una comprensión más amplia de la realidad. Esto permite concluir que el conocimiento económico, aliado con la interdisciplinariedad, contribuye a la formación de ciudadanos más críticos y conscientes, además de fortalecer el papel de la Economía como instrumento de análisis e intervención social.

Palabras clave: Economía. Interdisciplinariedad. Escasez. Ciencias Sociales Aplicadas. Ciudadanía.



1 INTRODUÇÃO

A dimensão de uma sociedade é bem complexa e cheia de nuances que podem ser explorados por diversas ciências, centradas nas Ciências Sociais que é responsável por estudar fenômenos sociais, culturais, políticos e econômicos, marcadas pelo interesse na ação humana nos diversos contextos sociais, na interpretação e geração de normas com função orientadora do comportamento e pela análise crítica de institutos sociais como família, sistemas econômicos. Entre as principais áreas das Ciências Sociais, tem-se a Sociologia, Antropologia, Ciência Política e outras correlatas. (Souza, 2009)

Dessa forma, Economia é uma ciência correlata componente das Ciências Sociais Aplicada que estuda como os indivíduos e a sociedade tomam decisões acerca do uso dos recursos caracterizados como escassos, ou seja, que existem, mas não de forma suficiente para todos os seus usos produtivos, podendo ter um fim. De todo modo, a escassez é o objeto de estudo das Ciências Econômicas. Ademais, é importante salientar que o recurso escasso trabalhado aqui são aqueles necessários para produzir algum bem e serviço. (Mankiw, 2019)

Nesse ponto é importante a realização da distinção entre Bem e Serviço, ambos são produtos que são gerados de forma diferente, o bem é o produto tangível, com materialidade e o serviço é o produto sem tangência, com um fim em sua própria execução. A título de exemplo, celular, computador, livros são itens caracterizados por materialidade, tangência, permitem o toque, o tato, portanto são classificados como bens. Já uma consulta médica, consultorias, manutenções são prestações de serviço, sem tangência, sem possibilidade de tato, portanto são classificados como serviço. (Meirelles, 2006)

Em sociedade, a evolução da humanidade, sempre houve algo escasso e a economia foi sendo desenvolvida em cada item escasso observado. Atualmente existem diversas áreas da Ciência Econômica, sendo: Economia da Educação, Economia do Setor Público, Economia Regional e Urbana, Economia Monetária, Economia dos Recursos Hídricos, Economia da Atenção entre diversas outras áreas que possuem algum elemento de escassez. (Pereira; Marin, 2016)

Sendo assim, é notório a alta interdisciplinariedade existente entre às diversas Ciências Sociais, pois trata-se de uma abordagem que integra diversos conhecimentos e métodos de diversas disciplinas na busca da compreensão por fenômenos sociais que são, por essência, dotados de complexidade. Nesse contexto, a Economia interage com diversas outras ciências sociais na busca pela melhor compreensão das decisões individuais e sociais em um contexto de escassez. (Rosa; Mello, 2012)

Portanto, o objetivo geral desse trabalho é apresentar e discutir os principais conceitos fundamentais da Ciência Econômica, com foco nos sistemas econômicos e das interações entre Economia e outras áreas do saber, principalmente Administração e Direito.

De forma específica, pretende-se explicar a origem e os fundamentos da Economia enquanto Ciência Social; diferenciar os diversos sistemas econômicos; apresentar os princípios que regem uma



economia de mercado; analisar a relação da Economia com a Administração e o Direito; e refletir sobre a importância do conhecimento econômico enquanto cidadão. Tais objetivos serão alcançados utilizando-se de uma abordagem qualitativa, com metodologia bibliográfica.

A compreensão dos fatos econômico-sociais é de fundamental importância para todos os cidadãos para poderem ter ciência de onde estão enquanto membros de uma sociedade e todos os detalhes que os circundam. Além disso, entender sobre a falta de recursos e as melhores formas de lidar com a escassez faz com que os indivíduos e a sociedade decidam de forma mais racional e eficiente. Além do mais, é importante entender a relação interdisciplinar das diversas áreas sociais aplicadas, uma vez que as pessoas estão inseridas nesses ambientes.

Este trabalho está dividido em ...

2 ETIMOLOGIA, HISTÓRICO, DEFINIÇÃO DE ECONOMIA E SUA IMPORTÂNCIA.

A Ciência Econômica foi sistematizada em 1776, na obra de Adam Smith, *A Riqueza das Nações*, antes disso, referências econômicas são encontradas de forma esparsa. É na Grécia Antiga, que com Xenofonte (430-354 a.C) o termo economia (“*oikos nomos*”) é cunhado. Assim, a palavra “Economia” é derivada do grego “*oikosnomia*”, onde *oiko* significa casa e *nomos* significa regras, administração, significando originalmente “administração do lar”. (Sandoval; Braga, 2023).

Ademais, sob uma perspectiva original, é possível compreender o significado original sob um olhar micro, onde inicialmente o cuidado e zelo pelo recursos escassos ocorriam em âmbito doméstico; de outro modo, abrangendo essa visão, tem-se a sociedade como sendo uma grande família, sendo que os recursos dessa grande família também precisam ser governados, administrados, assim, a partir de uma visão macro, o conceito etimológico também pode ser visto como “administração do Estado”, uma vez que é o Estado que irá cuidar dos recursos da sociedade como um todo.

A partir do século XVI, observa-se o nascimento do mercantilismo, sendo o primeiro conjunto de ideias relacionadas às ações econômicas, apresentando pontos sobre acumulação de riquezas de uma nação advindos do comércio exterior (exportação de produtos) em troca de metais preciosos, sobretudo o Ouro, onde a riqueza era proporcional a quantidade de metais preciosos acumulados. (Suprinyak, 2009).

Tem-se ainda os fisiocratas, iniciando o período clássico da Economia, no século XVII, que dividiu a sociedade em classes sociais, considerando que a medida da riqueza deriva do que pode ser extraído da terra, chamado de produto líquido. François Quesnay (1694-1774) teve destaque nessa corrente de pensamento dividindo a economia em setores. Os fisiocratas ainda criaram o termo “*laissez-faire*” que indicava a não intervenção do governo na economia, tal expressão serviu de base para geração de ideias liberais. (Cavalli, 2011)



Diversas outras teorias e correntes de pensamento foram criadas e existem até os dias atuais além dos clássicos, sendo: teoria neoclássica ou marginalista, com destaque às obras de William Stanley Jevons, Carl Menger e León Walras, preocupando-se com questões microeconômicas; a teoria keynesiana, criada por John Maynard Keynes; teorias marxistas, com Karl Marx; Institucionalistas, com Thorstein Veblen e John Kenneth Galbraith; tem-se ainda os novos clássicos, novos keynesianos e pós-keynesianos entre outras correntes existentes atualmente. (Sandoval; Braga, 2023).

Em relação ao conceito, para Sandoval e Braga definem (2023):

Economia como a ciência social que estuda como o indivíduo e a sociedade decidem utilizar recursos produtivos limitados na produção de bens e serviços, de modo a distribuí-los entre as várias pessoas e grupos da sociedade, com a finalidade de satisfazer as necessidades humanas.

Ademais, a escassez é objeto de estudo na Economia e advém do contraste entre a infinidade das necessidades humanas e da finitude dos recursos produtivos. Assim, economia também pode ser abordada como a ciência que trata as escolhas realizadas sobre os recursos escassos para que atenda o máximo possível de necessidades humanas. (Seyffert, 2015).

A Economia está presente na vida de todos os indivíduos, uma vez que as pessoas a todo instante estão tomando decisões em relação aos próprios recursos que possuem, variando em grau de complexidade. Existem decisões simples, como o que fazer o que as 24 horas que existem diariamente até decisões mais complexas, como alocar recursos financeiros em um financiamento de uma casa no período de 30 anos. Nas duas ocasiões, elementos de escassez podem ser observados, sendo: o tempo e o dinheiro. (Paiva; Cunha, 2018).

O Estado, terceiro imparcial, também exerce função de alocação dos recursos públicos escassos, onde necessariamente precisa decidir da melhor forma de modo a garantir o bom uso e a geração de bem-estar social. Sendo assim, é importante que toda a sociedade compreenda conceitos básicos relacionados a economia para exercerem seu papel de cidadão e conseguirem avaliar, de maneira fundamentada, as decisões públicas relacionado ao que pertence a toda sociedade. (Gadelha, 2017)

3 ESCOLHAS, CUSTO DE OPORTUNIDADE e CURVA DE POSSIBILIDADE DE PRODUÇÃO

Em grande parte, a Economia irá tratar sobre Escolhas, essas que estarão vinculadas a elementos escassos. Trata-se de um cenário frequente para o indivíduo e sociedade pois a escassez é observada em diversos aspectos da vida cotidiana. (Pereira; Marin, 2016)

Para Sandoval e Braga (2023), os indivíduos são obrigados a realizarem escolhas sobre o que e quanto, como e para quem produzir. “O que e quanto produzir” está associado ao que fazer diante de um problema econômico, uma vez decidida as alternativas, decide-se a quantidade. O autor questiona se uma sociedade deve produzir mais canhões ou manteiga? Não há recurso para produzir os dois em



maior quantidade ao mesmo tempo. Depois que se decide o que produzir, o outro questionamento é, quanto produzir? 10 unidades? 1000 unidades?

O “Como produzir” está associado à eficiência produtiva, como os recursos serão utilizados para a realização da produção, quem será o responsável por essa escolha? Os indivíduos ou o governo? Por fim, “Para quem produzir”, trata dos setores que serão beneficiados com as decisões anteriores, pode ser um setor, pode ser um conjunto específico de indivíduos etc. (Sandoval; Braga, 2023).

Para Sandoval e Garcia (2023), há o conceito de Curva de Possibilidade de Produção (CPP) que representa a quantidade máxima que uma sociedade consegue produzir usando todos os seus recursos, ou seja, sem ociosidade. Nesse contexto, percebe-se que se houver a necessidade de produzir mais de um item, necessariamente, deverá diminuir a produção de outro produto. Desse modo, a sociedade precisa escolher bem o arranjo produtivo que irá gerar o maior benefício. Ademais, há o conceito de custo de oportunidade, que representa o valor da alternativa sacrificada, ou seja, um indivíduo diante de duas alternativas (A e B), onde só pode escolher uma e escolha a alternativa A; precisou abrir mão da alternativa B, diante disso, o que foi renunciado é o custo de oportunidade.

4 SISTEMAS ECONÔMICOS e PRINCÍPIOS DE MERCADO

Um sistema econômico é a forma como uma sociedade organiza todos os aspectos relacionados à economia, ou seja, produção, circulação/distribuição e consumo de bens e serviços. Os sistemas podem ser classificados em Economia de Mercado e Economia Planificada. (Sandoval; Garcia, 2023)

A Economia Planificada, que pode ser chamada de Centralizada, os problemas econômicos são resolvidos e pensados por um órgão central de planejamento que irá decidir todo e qualquer aspecto econômico-social da sociedade. Já a Economia de Mercado, que pode ser chamada de Descentralizada, os problemas econômicos são resolvidos, no todo ou em parte, pelo próprio mercado. (Buckingham; Whyte, 2021).

Para Sandoval e Garcia (2023), dentro do contexto de Economia de Mercado há o Sistema de Concorrência Pura, representando um mercado perfeitamente competitivo, onde não há intervenção do governo; há, também, o Sistema de Economia Mista, onde há a presença do mercado na resolução dos problemas econômicos, entretanto, há atuação do Estado.

A título de exemplo: Se uma sociedade precisa garantir a segurança pública de determinado bairro na cidade XYZ. Se o sistema econômico for o de Economia Planificada, o agente central (que pode ser um governo) irá decidir o que/quanto, como produzir e para quem irá ser direcionado tais ações. Se o sistema econômico for o de Economia de Mercado, será a relação entre ofertantes e demandantes que irão decidir o que/quanto, como produzir e para quem será destinado.



A maior parte dos países do mundo adota a Economia de Mercado, em formato de Economia Mista, portanto, é esperado que se detalhe mais sobre esse modelo apresentando os princípios de mercado.

Para Mankiw (2025) são 10 princípios que norteiam a economia, mas aqui detalham-se apenas 7, sendo:

- 1) As pessoas enfrentam trade-offs.
- 2) O custo de algo é o que você renuncia para obtê-lo.
- 3) As pessoas racionais pensam na margem.
- 4) As pessoas reagem a incentivos.
- 5) O comércio pode ser bom para todos.
- 6) Os mercados são geralmente uma boa maneira de organizar a atividade econômica.
- 7) Às vezes os governos podem melhorar os resultados do mercado;

Os princípios 1 a 4 refere-se às escolhas individuais; e os princípios 5 a 7, referem-se à interação entre os indivíduos. Detalhando todos os princípios abaixo.

- 1) As pessoas enfrentam trade-offs: A economia parte do reconhecimento de que os indivíduos e a sociedade enfrentam escolhas constantes diante da escassez de recursos. Essa condição gera os *trade-offs*, situações em que é preciso abrir mão de algo para obter outra coisa. Decisões como a alocação do tempo, da renda ou dos recursos públicos revelam que cada escolha possui um custo. Segundo Mankiw (2025), compreender esses dilemas é essencial para que as pessoas e os governos tomem decisões mais eficientes, equilibrando objetivos como crescimento, igualdade e bem-estar social.
- 2) O custo de algo é o que você renuncia para obtê-lo: Toda escolha envolve comparar custos e benefícios. Contudo, nem sempre os custos são evidentes, pois incluem não apenas os gastos financeiros, mas também o valor do que se renuncia ao escolher uma alternativa em vez de outra. Esse é o chamado *custo de oportunidade*, conceito central na economia. Ao decidir cursar uma faculdade, por exemplo, além das despesas com mensalidades e materiais, o estudante também abdica do tempo que poderia empregar em atividades remuneradas. Assim, compreender os custos de oportunidade permite decisões mais racionais e eficientes sobre o uso dos recursos escassos (Mankiw 2025).
- 3) As pessoas racionais pensam na margem: O raciocínio econômico parte da suposição de que as pessoas buscam, de forma racional, alcançar seus objetivos com base nas oportunidades disponíveis. Isso implica comparar custos e benefícios antes de decidir, ajustando continuamente o comportamento conforme novas informações surgem. Esses ajustes são chamados de mudanças marginais, pequenas variações em relação a uma decisão já existente.



Assim, um indivíduo ou empresa toma decisões avaliando se o benefício adicional de uma ação supera o custo adicional associado a ela. Essa lógica explica, por exemplo, por que companhias aéreas vendem passagens abaixo do custo médio quando há assentos ociosos, ou por que bens abundantes, como a água, têm menor valor de troca que itens raros, como diamantes. Em suma, pessoas e organizações racionais agem de modo a maximizar seu bem-estar ou lucro quando o benefício marginal excede o custo marginal. (Mankiw, 2025)

- 4) As pessoas reagem a incentivos: O comportamento econômico é amplamente influenciado por incentivos, entendidos como estímulos que induzem as pessoas a agir diante de recompensas ou punições. Quando os indivíduos comparam custos e benefícios, tendem a ajustar suas escolhas em resposta a essas variações. Esse princípio explica por que mudanças nos preços, nos impostos ou nas políticas públicas afetam o comportamento de consumidores e produtores. Assim, políticas governamentais que alteram incentivos — como impostos sobre combustíveis ou subsídios — geram impactos diretos e indiretos sobre as decisões individuais. De acordo com Mankiw (2025), compreender como os incentivos moldam as escolhas é fundamental para prever resultados econômicos e evitar consequências indesejadas.
- 5) O comércio pode ser bom para todos: O comércio não deve ser entendido como uma competição em que um país vence e outro perde, mas como uma relação de benefício mútuo. Assim como ocorre entre indivíduos ou famílias, as nações também se beneficiam ao trocar bens e serviços, pois isso lhes permite especializar-se nas atividades em que são mais eficientes e, consequentemente, acessar uma maior variedade de produtos a custos menores. Dessa forma, o comércio internacional amplia o bem-estar coletivo e promove ganhos de eficiência global, uma vez que cada economia direciona seus recursos para aquilo que produz de forma mais vantajosa (Mankiw, 2019).
- 6) Os mercados são geralmente uma boa maneira de organizar a atividade econômica: O colapso das economias planificadas no final do século XX evidenciou as limitações do controle estatal na alocação de recursos. Nessas economias, os planejadores centrais definiam o que, quanto e para quem produzir, acreditando que o governo poderia garantir o bem-estar coletivo por meio da coordenação direta das atividades econômicas. No entanto, a ausência de mecanismos de mercado impedia o fluxo de informações necessárias para decisões eficientes.

Nas economias de mercado, ao contrário, a coordenação ocorre de forma descentralizada: famílias e empresas tomam decisões baseadas em preços, que funcionam como sinais de escassez e valor. Essa interação, conforme argumentou Adam Smith (1776), é guiada por uma “mão invisível” que direciona os agentes a resultados socialmente desejáveis. Assim, os preços equilibram oferta e demanda, promovendo eficiência e prosperidade. Intervenções excessivas do Estado — como



controles de preço ou tributação distorciva — tendem a prejudicar esse mecanismo de autorregulação (Mankiw, 2019).

7) Às vezes os governos podem melhorar os resultados do mercado: Embora os mercados sejam eficientes na alocação de recursos, sua eficácia depende da existência de um arcabouço institucional sólido, assegurado pelo Estado. Cabe ao governo garantir o cumprimento das leis, o direito de propriedade e a estabilidade das instituições que sustentam o funcionamento da “mão invisível” de Adam Smith. Sem essa base jurídica, não há incentivos adequados à produção e à troca.

Além disso, a intervenção governamental pode ser necessária para corrigir falhas de mercado — como externalidades e poder de monopólio — e para promover maior igualdade social. As externalidades ocorrem quando as decisões de um agente afetam o bem-estar de outros sem compensação, enquanto o poder de mercado permite a manipulação de preços e quantidades, reduzindo a eficiência. Já políticas redistributivas, como impostos progressivos e programas de segurança social, visam mitigar desigualdades inerentes à economia de mercado.

Contudo, Mankiw (2019) adverte que nem toda intervenção é benéfica: políticas mal desenhadas ou movidas por interesses políticos podem gerar resultados piores do que o problema que pretendiam resolver. Assim, o papel do governo deve equilibrar eficiência e equidade, atuando com base em evidências e limites institucionais bem definidos.

5 DIVISÃO DA ECONOMIA: MICRO E MACRO

A ciência econômica divide-se tradicionalmente em dois grandes ramos: microeconomia e macroeconomia. Essa separação não é meramente didática, mas uma forma de compreender fenômenos econômicos em diferentes níveis de análise — o individual e o agregado.

A microeconomia estuda o comportamento das unidades econômicas, sendo consumidores, empresas e mercados específicos. Destaca-se pela análise da Demanda e Oferta de forma parcial, trabalhando com a demanda individual e de mercado, assim como a oferta individual e de mercado. (Fundação Oswaldo Cruz, 2016)

Na demanda individual, aborda-se diversos conteúdos entre eles a Teoria do Consumidor, que tem por objetivo a análise das escolhas realizadas pelos consumidores onde se espera identificar o consumo de forma que maximize a utilidade do comprador diante de suas limitações orçamentárias. Já na demanda de mercado, busca-se analisar o somatório das demandas individuais para cada faixa de preço. (Pindyck; Rubinfeld, 2013)

Na oferta individual, tem-se a teoria da firma, que busca analisar as escolhas que geram a maximização do lucro, esse que pode ser explicado pela teoria da produção e teoria dos custos. A teoria



da produção prega a maximização da produção como forma a se alcançar maior lucratividade desde que não afete a estrutura de custos da empresa; já a teoria dos custos prega a minimização dos custos como fonte de maximização da lucratividade, desde que não afete a área produtiva. (Pindyck; Rubinfeld, 2013)

Já a Macroeconomia trabalha com grandes agregados, onde há questões conjunturais e estruturais a serem analisadas. As questões conjunturais envolvem o alcance de metas de curto prazo, sendo: a ampliação da taxa de empregabilidade e a estabilidade dos preços; já as questões estruturais envolvem a geração de crescimento econômico e distribuição de renda. (Blanchard; Johnson, 2017)

É importante salientar que, assim como na Microeconomia, existem diversas outras áreas e nuances na Macroeconomia que não fazem parte do escopo deste artigo. Para maiores informações, recomenda-se livros específicos sobre cada uma dessas áreas. Além disso, Microeconomia não se confunde com Macroeconomia, pois uma analisa um fenômeno social-econômico de forma específica e a outra de forma agregada.

6 METODOLOGIA

Este artigo foi desenvolvido com base em uma abordagem qualitativa e de natureza exploratória, por meio do método de pesquisa bibliográfica. A escolha por esse tipo de abordagem justifica-se pela natureza do objeto de estudo — os conceitos fundamentais da Ciência Econômica e sua relação interdisciplinar com outras áreas das Ciências Sociais, como Administração e Direito — o que requer uma compreensão interpretativa e contextualizada dos fenômenos sociais, históricos e teóricos envolvidos (GIL, 2008; MINAYO, 2001).

Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é adequada quando se busca examinar, discutir e aprofundar conceitos já estabelecidos na literatura, permitindo ao pesquisador compreender, reinterpretar e propor novos olhares sobre o objeto de análise a partir de diferentes perspectivas. Neste trabalho, essa metodologia possibilitou a análise crítica de autores clássicos e contemporâneos da Economia e das Ciências Sociais, como Adam Smith, Karl Marx, John M. Keynes, Gregory Mankiw, entre outros, além de estudiosos brasileiros como Sandoval, Braga e Gadelha.

As fontes utilizadas foram selecionadas com base em critérios de relevância científica, atualidade e diversidade teórica. Foram consultadas obras de referência, manuais acadêmicos, artigos indexados em bases de dados como SciELO e Google Scholar, e documentos institucionais que tratam dos princípios fundamentais da Economia e de suas interfaces com outras áreas. A coleta bibliográfica foi realizada entre junho e setembro de 2025, considerando produções publicadas prioritariamente nos últimos 15 anos, embora também tenham sido incluídas obras clássicas essenciais à fundamentação teórica.



A análise dos textos foi conduzida de forma interpretativa, buscando identificar categorias conceituais centrais, recorrências temáticas e relações interdisciplinares entre Economia, Administração e Direito. Essa leitura crítica permitiu a articulação de conceitos fundamentais, como escassez, custo de oportunidade, sistemas econômicos e princípios de mercado, com os desafios sociais e institucionais contemporâneos.

Além disso, conforme as diretrizes estabelecidas pela Portaria nº 39/PRPPG/UFC (2025) e pelo guia *Diretrizes para o uso ético e responsável da Inteligência Artificial Generativa* (SAMPAIO; SABBATINI; LIMONGI, 2024), declara-se que ferramentas de Inteligência Artificial foram utilizadas de forma auxiliar neste trabalho. A IA foi aplicada unicamente nas etapas de organização preliminar de ideias (brainstorming), apoio na estruturação textual e revisão linguística.

Em nenhuma etapa houve a geração de conteúdo original, análise crítica, formulação de hipóteses ou interferência no conteúdo conceitual ou conclusivo do trabalho. Todo o conteúdo foi validado integralmente pelos autores, respeitando os princípios de autoria humana, integridade acadêmica, privacidade e responsabilidade ética no uso de tecnologias, conforme os princípios de transparência, justiça e uso eticamente orientado.

Assim, esta metodologia assegura rigor teórico, responsabilidade ética e aderência às normativas acadêmicas vigentes, promovendo uma reflexão fundamentada e interdisciplinar sobre a Economia como ciência social aplicada.

7 RESULTADO E DISCUSSÃO

A interação entre a Economia e outras áreas do conhecimento ocorre por meio de interfaces que envolvem o compartilhamento de objetos de estudo, métodos e finalidades práticas. Essas intersecções permitem compreender fenômenos sociais complexos sob diferentes perspectivas teóricas e aplicadas, ampliando a capacidade analítica das ciências sociais.

No diálogo entre Economia e Administração, observa-se que ambas lidam com a tomada de decisão, a alocação eficiente de recursos e a análise de desempenho organizacional. A microeconomia contribui para o entendimento do comportamento de consumidores, da estrutura de mercado e das estratégias empresariais, além de oferecer instrumentos para o estudo da formação de preços, custos e competitividade (Varian, 2010).

No âmbito da Economia e do Direito, a relação se estabelece na medida em que as normas jurídicas definem o funcionamento dos mercados, regulam contratos, asseguram direitos de propriedade e estabelecem mecanismos de governança econômica. A Análise Econômica do Direito, desenvolvida a partir de Coase (1960), ilustra esse vínculo ao mostrar como as instituições jurídicas podem reduzir custos de transação e promover maior eficiência econômica. Complementarmente,



Williamson (1985) destaca o papel das estruturas institucionais na coordenação e no controle das atividades econômicas.

Ademais, em muitos assuntos relacionados à Economia, há a intervenção do governo, essa intervenção ocorre via legislações que são elaboradas pelo Estado para propiciar, de fato, a ação governamental nessa área, uma vez que o princípio constitucional da legalidade precisa ser obedecido. Então, por exemplo, se o Estado precisa intervir para manter os preços estáveis, ou seja, controlar a inflação, irá precisar de políticas específicas aprovadas via legislação para que possa executar qualquer ação.

São diversos instrumentos de intervenção existentes, sendo política fiscal relacionada a uma política de gastos governamentais e política tributária; tem-se a política monetária que envolve, entre outros aspectos, a definição da taxa de juros que irá conduzir a economia; tem-se ainda a política comercial/cambial e de rendas. Todas essas políticas precisam estar ancoradas na legislação devido o princípio da legalidade.

Esses diálogos entre Economia, Administração e Direito não apenas enriquecem o debate teórico, mas também fortalecem a capacidade prática dessas áreas em propor soluções para problemas econômicos e sociais de alta complexidade (Silva; Carvalho, 2010).

A Economia é uma ciência que exige abordagens interdisciplinares para compreender plenamente os fenômenos que analisa. Os modelos econômicos formais, embora fundamentais, não são suficientes para explicar as dinâmicas sociais, políticas e culturais que moldam o comportamento humano (Morin, 2003).

O comportamento dos agentes econômicos é influenciado por fatores psicológicos, históricos e institucionais, o que justifica a colaboração entre a Economia e outras ciências. A economia comportamental, por exemplo, dialoga com a Psicologia para estudar como emoções e heurísticas afetam decisões (Thaler; Sunstein, 2008). A economia institucional aproxima-se do Direito e da Ciência Política ao examinar como normas e instituições moldam o desempenho econômico (North, 1990). Já a economia do desenvolvimento integra elementos da Sociologia e da Antropologia para compreender os desafios estruturais dos países em desenvolvimento (Sen, 1999).

Essa visão interdisciplinar fortalece a análise crítica e ética dos fenômenos econômicos e contribui para uma formação acadêmica mais ampla e contextualizada, capaz de preparar profissionais para lidar com os desafios da realidade social (Morin, 2003; Sen, 1999).

Os fundamentos da Ciência Econômica têm aplicação prática direta na vida cotidiana e na formação cidadã. Princípios como escassez, custo de oportunidade, eficiência e incentivos permitem compreender fenômenos como inflação, tributação, consumo e políticas públicas (Mankiw, 2019).

A alfabetização econômica torna-se essencial para que os cidadãos compreendam o funcionamento da economia e possam participar criticamente dos debates públicos. Uma população



economicamente instruída é capaz de avaliar políticas governamentais e exercer o controle social sobre decisões que impactam o bem-estar coletivo (Bresser-Pereira, 2009).

Contudo, o ensino econômico não deve restringir-se a modelos quantitativos ou à linguagem técnica, pois isso enfraquece seu papel social e formativo. Como defende Sen (2000), o desenvolvimento só é pleno quanto promove autonomia e ampliação das capacidades humanas, reforçando o papel da educação como instrumento crítico.. Assim, a Economia deve ser ensinada e pesquisada como ciência social, voltada à compreensão da realidade e à promoção do desenvolvimento humano e coletivo (Sen, 2000; Silva; Silva, 2016).

8 CONCLUSÃO

O presente artigo teve como objetivo revisar os fundamentos da Ciência Econômica, destacando suas origens, conceitos básicos e a relação com outras áreas do conhecimento, especialmente Administração e Direito. Foram abordados temas essenciais como escassez, escolhas, sistemas econômicos, custo de oportunidade e curva de possibilidade de produção, além da distinção entre micro e macroeconomia. Essas discussões permitiram compreender a Economia não apenas como um conjunto de modelos quantitativos, mas como uma ciência social voltada à análise do comportamento humano diante da limitação dos recursos disponíveis.

Verificou-se que a Economia, ao dialogar com outras ciências sociais aplicadas, torna-se mais robusta e relevante para compreender os fenômenos contemporâneos. A interface com a Administração contribui para o entendimento das decisões empresariais e de mercado, enquanto a aproximação com o Direito revela como as instituições e normas moldam os resultados econômicos. A interdisciplinaridade, portanto, fortalece a capacidade analítica e crítica da Economia, permitindo integrar aspectos éticos, sociais e institucionais às análises econômicas.

Com base na discussão apresentada, reforça-se a importância da educação econômica crítica, voltada à formação de cidadãos conscientes e capazes de interpretar a realidade sob uma ótica racional e socialmente responsável. Compreender os fundamentos econômicos é essencial não apenas para a atuação profissional, mas também para o exercício da cidadania, visto que as decisões econômicas, públicas ou privadas, impactam diretamente o bem-estar coletivo.

Por fim, ressalta-se que a interdisciplinaridade no ensino e na pesquisa em Economia é um caminho necessário para enfrentar os desafios atuais, marcados por rápidas transformações tecnológicas e sociais. Estudos futuros podem aprofundar a aplicação prática dos conceitos econômicos nas políticas públicas, analisar as interações entre Economia e outras ciências em contextos regionais e, ainda, investigar o papel da inteligência artificial na formação e atuação dos economistas, preservando o rigor ético e científico.



REFERÊNCIAS

- BLANCHARD, Olivier; JOHNSON, David R. Macroeconomia. 7. ed. São Paulo: Pearson, 2017.
- BUCKINGHAM, Mary Elizabeth A.; WHYTE, David. Comparative Economic Systems: Capitalism and Socialism in the 21st Century. Boston University, 2021. Available at: <https://www.bu.edu/eci/files/2021/08/Comparative-Economic-Systems.pdf>. Acesso em: 29 out. 2025.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Economia como ciência social. Revista de Economia Política, v. 29, n. 1, p. 3-17, 2009.
- CAVALLI, Iolanda. Fundamentos teóricos e morais dos fisiocratas. [S. l.]: [s. n.], 2011. Disponível em PDF: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/533/2019/05/FUNDAMENTOS_TE%C3%93RICOS_E_MORAIS_DOS_FISIOCRATAS_02_10.pdf. Acesso em: 29 out. 2025.
- COASE, R. H. The problem of social cost. Journal of Law and Economics, v. 3, p. 1-44, 1960.
- DORNBUSCH, R.; FISCHER, S.; STARTZ, R. Macroeconomia. 11. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2014.
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ; MINISTÉRIO DA SAÚDE. Microeconomia: conceitos e aplicação. Brasília: BVS Ministério da Saúde, 2016. Disponível em PDF: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_economia_saude_microeconomia_1ed.pdf. Acesso em: 29 out. 2025.
- GADELHA, Sérgio Roberto B. Introdução ao Estudo da Economia do Setor Público. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) / Ministério do Planejamento, 2017. Disponível em PDF: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3238/1/M%C3%B3dulo%203-%20-%20Raz%C3%A3o%20da%20Interven%C3%A7%C3%A3o%20do%20Estado%20na%20Economia.pdf>. Acesso em: 29 out. 2025.
- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MANKIW, N G. Introdução à economia – Tradução da 8ª edição norte-americana. 4. ed. Porto Alegre: +A Educação - Cengage Learning Brasil, 2019. E-book. p.II. ISBN 9788522127924. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522127924/>. Acesso em: 29 out. 2025.
- MEIRELLES, D. S. “O Conceito de Serviço”. Revista Economia e Sociedade, v. 15, n. 1, p. 175-203, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/VMnhZKGbKGhzrNwr/pdf>. Acesso em: 29 out. 2025.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
- MORIN, E. O método 6: ética. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- NORTH, D. C. Institutions, institutional change and economic performance. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- SAMPAIO, R. C.; SABBATINI, M.; LIMONGI, R. Diretrizes para o uso ético e responsável da Inteligência Artificial Generativa: um guia prático para pesquisadores. São Paulo: Intercom, 2024.



SOUZA, Clóvis Schmitt. Introdução às Ciências Sociais – Sociologia. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2009. Disponível em:
https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/18320/Curso_Lic-Sociol_Introducao-Ciencias-Sociais.pdf. Acesso em: 29 out. 2025.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel; CUNHA, André Moreira. Noções de Economia. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. ISBN 978-85-7631-091-4. Disponível em PDF:
https://www.home.ufam.edu.br/andersonlfc/Introducao_a_Economica/Manual%20de%20Economia.pdf. Acesso em: 29 out. 2025.

PEREIRA, Adriano José; MARIN, Solange. Lei da escassez e comportamento econômico: uma leitura institucional. Revista Econômica, vol. 18, n. 2, dez. 2016. Disponível em PDF em:
<https://periodicos.uff.br/revistaeconomica/article/download/35006/20260/117392> Acesso em: 29 out. 2025.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. Microeconomia. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2013.

ROSA, Maria Tereza Leitão da; MELLO, Marislei Nishijima de. A economia como ciência social: interfaces e interlocuções com outras áreas do conhecimento. Revista de Economia e Relações Internacionais, São Paulo, v. 10, n. 19, p. 48-66, 2012.
Disponível em: <https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/reri/article/download/1099/760>.
Acesso em: 29 out. 2025.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. Development as freedom. Oxford: Oxford University Press, 1999.

SEYFFERT, T. A. Fundamentos em Economia — IFSul. Rio Grande: Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, 2015. Disponível em PDF:
https://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/1513/Fundamentos_Economia_CONTABILIDAD-E-IFSUL.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 29 out. 2025

SILVA, E. F.; CARVALHO, C. A. A interdisciplinaridade entre direito e economia. Revista de Informação Legislativa, v. 47, n. 188, p. 83-96, 2010.

SILVA, R. A.; SILVA, A. F. A interdisciplinaridade como exigência epistemológica das ciências sociais. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 31, n. 92, p. 1-17, 2016.

SUPRINYAK, Carlos Eduardo. Moeda, tesouro e riqueza: uma anatomia conceitual do mercantilismo britânico do início do século 17. Estudos Econômicos (São Paulo), v. 39, n. 3, p. 571-596, jul./set. 2009. DOI: 10.1590/S0101-41612009000300005. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ee/a/mmwhFydSQyPpkRq44NMkLhb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 out. 2025.

THALER, R. H.; SUNSTEIN, C. R. Nudge: improving decisions about health, wealth, and happiness. New York: Penguin Books, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Portaria nº 39/PRPPG/UFC, de 01 de outubro de 2025. Disponível em: www.prppg.ufc.br

VARIAN, H. R. Microeconomia: princípios básicos. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.



VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; BRAGA, Marcio B. Economia Micro e Macro: Teoria, Exercícios e Casos. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2023. E-book. p.15. ISBN 9786559774968. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559774968/>. Acesso em: 29 out. 2025.

WILLIAMSON, O. E. The economic institutions of capitalism: firms, markets, relational contracting. New York: Free Press, 1985.

